



DIÁLOGO NACIONAL MULTISSECTORIAL SOBRE MINERAÇÃO ARTESANAL E DE PEQUENA ESCALA EM MOÇAMBIQUE

*FORMALIZAÇÃO, JUSTIÇA ECONÓMICA
E DIREITOS HUMANOS*

2 DE OUTUBRO DE 2026
MAPUTO, MOÇAMBIQUE

Parceiro:



1. ENQUADRAMENTO E JUSTIFICAÇÃO

Em Moçambique, o debate sobre o sector mineiro tem incidido, sobretudo, nos grandes projectos, no investimento estrangeiro, nas exportações e na contribuição do sector para as receitas do Estado. A mineração artesanal e de pequena escala continua a merecer menor atenção, apesar da sua relevância como fonte de emprego e rendimento para milhares de famílias, particularmente nas zonas rurais.

O Censo de Mineradores Artesanais de 2021 identificou 229.680 operadores em todo o país e estimou em 806.957 o número de pessoas envolvidas na respectiva cadeia de valor, incluindo mineiros, comerciantes e prestadores de serviços. Para cerca de três quartos dos operadores, a mineração constitui a principal fonte de rendimento. Estes dados demonstram que a mineração artesanal representa uma componente importante do sector mineiro nacional e das economias locais.

A actividade tem particular expressão nas províncias de Manica, Tete, Nampula, Cabo Delgado e Niassa, onde a exploração de ouro, pedras preciosas e semipreciosas, entre outros minerais, proporciona importantes meios de subsistência. Em muitas comunidades, a mineração constitui uma das poucas alternativas de geração de rendimento, num contexto caracterizado pela pobreza, pelo desemprego e pela limitada diversificação económica.

Apesar da sua importância económica e social, o sector enfrenta desafios significativos relacionados com a governação, a formalização e a inclusão económica. Muitos operadores permanecem fora dos sistemas formais de licenciamento, fiscalização e comercialização. Esta situação limita a capacidade do Estado de regular eficazmente a actividade, garantir condições de trabalho dignas e seguras, proteger o ambiente e assegurar que as comunidades produtoras beneficiem de uma parcela mais justa do valor gerado pelos recursos naturais.

A informalidade não deve, contudo, ser entendida apenas como resultado do incumprimento da legislação. Os operadores artesanais enfrentam barreiras concretas, incluindo procedimentos de licenciamento complexos e dificuldades de acesso às áreas mineiras, ao financiamento, à assistência técnica, às tecnologias adequadas e aos mercados formais. A formalização deve, por conseguinte, combinar uma regulação eficaz com procedimentos acessíveis, incentivos adequados e mecanismos de apoio ajustados à realidade dos operadores.

A mineração artesanal suscita igualmente preocupações relevantes em matéria de direitos humanos. Estas incluem condições de trabalho inseguras, exposição a substâncias perigosas, degradação ambiental, conflitos relacionados com a terra e os recursos naturais, vulnerabilidade das mulheres e dos jovens e acesso limitado a mecanismos eficazes de reclamação e reparação.

A justiça económica constitui outra dimensão central deste debate. Os operadores artesanais dispõem, frequentemente, de informação limitada sobre preços e mercados e possuem reduzido poder negocial. Consequentemente, uma parte significativa do valor gerado pode ser capturada por intermediários e outros actores externos às zonas produtoras, enquanto as comunidades continuam a enfrentar pobreza, serviços públicos insuficientes e escassas oportunidades económicas.





A superação deste desequilíbrio exige maior transparência e rastreabilidade, acesso mais justo aos mercados, fortalecimento das cadeias de valor locais e participação efectiva dos operadores e das comunidades afectadas nos processos de tomada de decisão.

Neste sentido, a formalização deve ser entendida como um processo amplo de transformação económica, social e institucional. Para além da emissão de licenças, deve promover a organização dos operadores, facilitar o acesso ao financiamento e à tecnologia, melhorar a produtividade e as condições de trabalho, reforçar as salvaguardas ambientais e estabelecer canais de comercialização transparentes e responsáveis.

O objectivo consiste em assegurar que a mineração artesanal contribua não apenas para a subsistência das famílias, mas também para o desenvolvimento económico local, a protecção dos direitos humanos e a distribuição mais equitativa da riqueza mineral de Moçambique.

O presente Diálogo insere-se no trabalho desenvolvido pelo Centro para Democracia e Direitos Humanos nas áreas de Negócios e Direitos Humanos e Justiça Económica. Através destas áreas, o CDD promove a governação responsável dos recursos naturais, a distribuição equitativa dos benefícios económicos, o fortalecimento das cadeias de valor locais e a participação efectiva das comunidades nas decisões que afectam os seus direitos e meios de subsistência.

Na qualidade de Secretariado da iniciativa dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos em Moçambique, o CDD tem facilitado o diálogo entre o Governo, o sector privado e a sociedade civil sobre os impactos das actividades empresariais nos direitos humanos, com particular atenção às zonas de exploração de recursos naturais.

Esta intervenção articula-se com o programa de Justiça Económica do CDD, que procura contribuir para que a riqueza mineral do país promova o desenvolvimento local, o trabalho digno, a inclusão económica e a criação de oportunidades para os jovens, as mulheres e os produtores locais.

O Diálogo integra uma iniciativa-piloto implementada pelo CDD com o apoio de parceiros internacionais. A iniciativa pretende testar abordagens inclusivas e adequadas aos contextos locais, integrando os operadores artesanais e as comunidades afectadas nas discussões sobre governação dos recursos naturais, Negócios e Direitos Humanos, Justiça Económica e desenvolvimento local.

Serão igualmente analisadas soluções práticas para a formalização, o acesso ao financiamento e à tecnologia, o desenvolvimento de cadeias de fornecimento responsáveis e a integração dos operadores artesanais em estruturas económicas organizadas e sustentáveis.

As lições desta iniciativa contribuirão para orientar futuras intervenções, fortalecer os Grupos de Trabalho nacionais e provinciais sobre Negócios e Direitos Humanos e promover políticas mais adequadas à realidade da mineração artesanal e de pequena escala em Moçambique.





A experiência do CDD no diálogo tripartido demonstra que os desafios associados à governação dos recursos minerais exigem uma resposta conjunta. O progresso depende da cooperação entre o Governo, o sector privado, a sociedade civil, os operadores e as comunidades, bem como da transparência, da responsabilização e da adopção de políticas que permitam às comunidades produtoras beneficiar de forma mais justa dos seus recursos.

Os Grupos de Trabalho sobre Negócios e Direitos Humanos constituem uma plataforma relevante para integrar as preocupações e propostas dos operadores artesanais e das comunidades nos processos nacionais e provinciais de diálogo e decisão. A mineração artesanal deve ocupar um espaço adequado nas discussões sobre a governação, a transformação económica e o futuro do sector mineiro moçambicano.

Neste contexto, o CDD realizará um Diálogo Nacional Multisectorial, reunindo representantes do Governo, operadores artesanais, comunidades afectadas pela mineração, sector privado, sociedade civil, academia, instituições financeiras e parceiros de desenvolvimento.

O encontro proporcionará um espaço estruturado para aprofundar a compreensão dos desafios do sector, identificar soluções viáveis, clarificar responsabilidades institucionais e acordar mecanismos de acompanhamento.

2. OBJECTIVOS

O Diálogo tem como objectivos:

- Promover uma discussão aberta e informada sobre a governação e a formalização da mineração artesanal e de pequena escala em Moçambique;
- Assegurar a integração das preocupações e propostas dos operadores artesanais e das comunidades afectadas no diálogo tripartido sobre Negócios e Direitos Humanos;
- Identificar medidas para melhorar o acesso ao licenciamento, às áreas mineiras, ao financiamento, à tecnologia, à assistência técnica e aos mercados formais;
- Analisar medidas para reforçar a protecção dos direitos humanos, a saúde e segurança no trabalho, as salvaguardas ambientais e o acesso a mecanismos de reclamação e reparação;
- Promover maior transparência, rastreabilidade, acesso justo aos mercados e retenção de valor nas comunidades produtoras;
- Clarificar as responsabilidades do Governo, do sector privado, da sociedade civil, dos operadores artesanais e dos demais actores relevantes;
- Produzir recomendações práticas e definir mecanismos coordenados para a sua implementação e acompanhamento; e
- Recolher ensinamentos que possam orientar as próximas fases da iniciativa-piloto.



3. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que o Diálogo contribua para:

- Uma compreensão partilhada dos principais desafios e oportunidades da mineração artesanal e de pequena escala em Moçambique;
- Maior participação dos operadores artesanais e das comunidades afectadas nos processos de diálogo e decisão sobre o sector;
- Identificação de medidas concretas para apoiar a formalização e a integração económica sustentável dos operadores;
- Maior clareza sobre as responsabilidades dos diferentes actores;
- Formulação de recomendações sobre licenciamento, financiamento, tecnologia, direitos humanos, ambiente, comercialização responsável e desenvolvimento económico local;
- Integração das prioridades da mineração artesanal no trabalho dos Grupos de Trabalho nacionais e provinciais sobre Negócios e Direitos Humanos;
- Definição de mecanismos para acompanhar as recomendações e os compromissos assumidos; e
- Recolha de experiências que contribuam para o aperfeiçoamento e eventual expansão da iniciativa-piloto.

4. METODOLOGIA

O Diálogo combinará apresentações breves com discussões facilitadas, assegurando uma participação equilibrada do Governo, do sector privado, da sociedade civil, dos operadores artesanais e das comunidades afectadas. Os debates serão orientados para a identificação de soluções práticas e adequadas ao contexto moçambicano.

5. PROGRAMA E FORMATO DE PARTICIPAÇÃO

O Diálogo terá a duração de um dia e decorrerá em formato presencial. O programa compreenderá uma sessão de abertura, dois painéis temáticos, momentos de debate e uma sessão de encerramento.





HORA	ACTIVIDADE	RESPONSÁVEL
08h45 – 09h15	Boas-vindas e Registo dos Participantes	Secretariado do CDD
09h15 – 09h45	Sessão de Abertura <i>Notas de boas-vindas e abertura oficial do evento</i>	• Prof. Adriano Nuvunga – Director Executivo, Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) • Filipe Acácio Mabamo – Presidente da 5.ª Comissão da Assembleia da República de Moçambique (Comissão de Agricultura, Economia e Ambiente) • Representante da Ford Foundation • Representante da Open Society Foundations Abertura Oficial • Sua Excelência Jorge Gerson Momade Daúdo – Secretário de Estado de Minas
09h45 – 11h30	Painel I: Governação, Formalização e Regulação da Mineração Artesanal em Moçambique: Desafios, Barreiras e Caminhos para uma Integração Sustentável O painel discute os principais desafios de governação, formalização e regulação da mineração artesanal, com particular atenção às barreiras de acesso ao licenciamento, à organização dos operadores, à fiscalização e à capacidade institucional do Estado. Aborda ainda como tornar os mecanismos de formalização mais acessíveis e funcionais, reforçar a participação dos operadores e das	• Olavo Alberto Deniasse – Director Geral, Instituto Nacional de Minas • Luísa Mahocha – Directora Nacional de Minas, MIREME • Representante da Autoridade Tributária de Moçambique (AT) • Representante do Centro Terra Viva • Associação de Mineradores Artesanais de Moçambique



HORA	ACTIVIDADE	RESPONSÁVEL
	comunidades, e criar condições para uma actividade mais organizada, segura, responsável e integrada nas economias locais.	• Salvado Raisse – Economista do CDD
11h30 – 13h00	Painel II: Cadeias de Valor, Comercialização e Desenvolvimento Local: Como Reter Mais Valor nas Comunidades Mineiras? O painel discute como aumentar o valor económico gerado pela mineração artesanal e assegurar que uma maior parcela dos benefícios permaneça nas comunidades produtoras. Aborda a comercialização de ouro, rubis e outros minerais, o papel de compradores, comerciantes e intermediários, o acesso dos operadores a financiamento, tecnologia e mercados formais, e os desafios da tributação e formalização das cadeias de comercialização, discutindo ainda como a actividade pode gerar mais emprego e dinamizar as economias locais.	• Edson Matches – Câmara de Minas de Moçambique • Representante do Instituto de Gemas e Joalharia de Moçambique • Representante de Cooperativas de Mineradores Artesanais • André Mulungo – Coordenador da primeira divisão do CDD • José Albino Mendes – Presidente da Associação Geológica Mineira de Moçambique (AGMM)
13h00 – 13h10	Palavras de Encerramento	Prof. Adriano Nuvunga – Director Executivo, Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD)
13h10 – 14h00	Almoço	Todos

